

**DOIS AMIGOS ATACADO E VAREJO LTDA. CNPJ/MF 39.621.479/0001-19/NIRE nº 32.2.0064619.9****PELO PRESENTE INSTRUMENTO CONTRACTUAL DE TRANSFORMAÇÃO DE SOCIEDADE  
EMPRESA LIMITADA EM SOCIEDADE ANÔNIMA DE CAPITAL FECHADO, AS PARTES**

**1 - FERNANDO ZANOTELLI LAVAGNOLI**, brasileiro, divorciado, empresário, filho de Fernandes Lavagnoli e Maisa Raquel Zanotelli Lavagnoli, nascido em 26/11/1982, natural de Colatina/ES, CPF nº. 104.297.847-67, portador da CI nº 1.876.929/SSP/ES em 22/11/2000, domiciliado na Rua Adamastor Salvador, n. 219, Bairro Centro, Colatina/ES, CEP 29.700-050.

**2 - RAFAEL ZANOTELLI LAVAGNOLI**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, empresário, filho de Fernandes Lavagnoli e Maisa Raquel Zanotelli Lavagnoli, nascido em 28/12/1983, natural de Colatina/ES, CPF nº. 101.985.217-82, portador da CI nº. 1.865.033-SSP/ES, em 29/08/2000, domiciliado na Rua Canario, n. 160, Apto. 131, Cidade de São Paulo/SP, CEP: 04.521-000.

**3 - JOÃO PAULO LAVAGNOLI BISSOLI**, brasileiro, solteiro, empresário, natural de Colatina/ES, nascido em 17/05/1991, residente e domiciliado na Avenida Champagnat, nº 145, Marista, Colatina/ES, CEP: 29707-075, inscrito no CPF sob o nº 130.846.457-60 e na CI sob o nº 2318884 SSPES, filho de João Manoel Bissoli e Maria Madalena Lavagnoli Bissoli.

**4 - ATÍLIO LAVAGNOLI GAZEL**, Brasileiro, solteiro, empresário, natural de Colatina/ES, nascido em 07/04/1997, domiciliado na Rua Pedro Vitali, n 265, apto 201, Marista, Colatina/ES, CEP: 29702-801, CPF nº 158.597.237-17 e CI nº 2.238.943/SSP-ES em 04/06/2005, filho de Ivan Monteiro Gazel e Maria Luiza Lavagnoli Gazel.

**5 - MARIA JOSÉ LAVAGNOLI COLOMBO**, Brasileira, Casada sob o regime de comunhão total de bens, Empresária, natural de Colatina/ES, nascida em 17/01/1964, residente e domiciliada na Rua Jaimir Caliarí, nº 56, Vila Lenira, Colatina/ES, CEP: 29.702-330, inscrita no CPF sob o nº 001.289.647-07 e na CI sob o nº 704.300 SPTC-ES.

**6 - MARIA ANGELA LAVAGNOLI**, Brasileira, Divorciada, Empresária, natural de Colatina/ES, nascido em 09/04/1965, residente e domiciliada na Rodovia Do Café Gether Lopes de farias, nº 520, Raul Giuberti, Colatina/ES, CEP: 29.702-755, inscrita no CPF sob o nº 077.886.527-41 e na CI sob o nº 737.463 SPTC-ES em 19/09/1983. únicos cotistas da sociedade empresária limitada DOIS AMIGOS ATACADO E VAREJO LTDA, estabelecida na Rodovia Gether Lopes de Farias, nº. 2200, Bloco A, Bairro Carlos Germano Naumann, Colatina/ES, CEP 29.705-390, com contrato social arquivado na Junta Comercial do Estado do Espírito Santo, sob NIRE nº 32.2.0064619.9, por despacho de 23/06/1994 e CNPJ/MF sob nº. 39.621.479/0001-19, resolvem, alterar o quadro societário, aumento do capital social, ingressos de sócios com cessão de cotas, alterar o tipo jurídico de sociedade empresária limitada, para sociedade anônima de capital fechado, bem como o estatuto social pelo qual se regerá a sociedade, como segue:

**1 – INGRESSO DE NOVOS SÓCIOS COM AUMENTO DO CAPITAL SOCIAL, CESSÃO DE COTAS ENTRE SÓCIOS E SAÍDA DE SÓCIOS.**

**1 – ADMISSÃO DE SÓCIOS.**

**1.1 - FERNANDES LAVAGNOLI**, Brasileiro, Casado sob o regime de comunhão total de bens, empresário, natural de Colatina-ES, nascido em 11/06/1954, domiciliado na Rua Castro Alves, 320, Bairro Adelia Giuberti, Colatina – ES, CEP 29702-805, CPF 525.631.547-15 e CI nº 557.827-SSP/ES que, subscreve e integraliza, 1.303.279 (um milhão, trezentos e três mil, duzentas e setenta e nove) cotas de capital, do valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, da forma seguinte: a) 864.689 (oitocentas e sessenta e quatro mil, seiscentas e oitenta e nove) cotas, com crédito em conta corrente na empresa sociedade DOIS AMIGOS ATACADO E VAREJO LTDA, no valor de R\$ 864.689,00 (oitocentos e sessenta e quatro mil, seiscentos e oitenta e nove reais); b) 207.000 (duzentas e sete mil) cotas de capital, do sócio que se retira da sociedade João Paulo Lavagnoli Bissoli, no valor de R\$ 207.000,00 (duzentos e sete mil reais); c) 207.000 (duzentos e sete mil) cotas de capital, do sócio que se retira da sociedade Atílio Lavagnoli Gazel, no valor de R\$ 207.000,00 (duzentos e sete mil reais); d) 24.590 (vinte e quatro mil, quinhentas e noventa) cotas de capital do sócio Rafael Zanotelli Lavagnoli, no valor de R\$ 25.590,00 (vinte e quatro mil, quinhentos e noventa reais).

**1.2 – LEANDRA ZANOTELLI LAVAGNOLI**, brasileira, solteira, empresária, natural de Colatina-ES, nascida em 19/09/1996, domiciliada na Rua Castro Alves, 320, Bairro Adelia Giuberti, Colatina-ES, CEP 29705-805, CPF 154.090.787-21 e CI 3.427.816-SSP/ES, que subscreve e integraliza 491.802 (quatrocentas e noventa e uma mil, oitocentas e duas) cotas de capital, do valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, no valor total de R\$ 491.802,00 (quatrocentos e noventa e um mil, oitocentos e dois reais), adquiridas do sócio Fernando Lavagnoli, 258.197 (duzentas e cinquenta e oito mil, cento e noventa e sete) cotas, no valor total de R\$ 258.197,00 (duzentos e cinquenta e oito mil, cento e noventa e sete reais) e do sócio Rafael Zanotelli Lavagnoli, 233.606 (duzentas e trinta e três mil, seiscentas e seis) cotas, no valor de R\$ 233.606,00 (duzentos e trinta e três mil, seiscentos e seis reais).

**1.3 – MARIA ELIANE LAVAGNOLI**, brasileira, divorciada, empresária, nascida em 05/02/1968, natural de Colatina – ES, domiciliada na Rua Santa Maria, 41, aptº 101, centro, Colatina-ES, CEP 29700-200, CPF 862.429.037-68 e CI nº. 753.792-SSP/ES, que subscreve e integraliza 100.000 (cem mil) cotas de capital, do valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, no valor total de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), adquiridas do sócio Maria Angela Lavagnoli.

**1.4 – KATIA HELENA LAVAGNOLI DA SILVA**, brasileira, casada sob o regime de comunhão universal de bens, professora, nascida em 04/12/1971, natural de Colatina – ES, domiciliada na Rua Pedro Vitali, 265, aptº 201, bairro Tropical, Colatina-ES, CEP 29702-070, CPF 027.633.757-31 e CI nº. 1.137.242-SSP/ES, que subscreve e integraliza 100.000 (cem mil) cotas de capital, do valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, no valor total de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), adquiridas do sócio Maria José Lavagnoli Colombo.

**1.5 – MARIA LUIZA LAVAGNOLI GAZEL**, brasileira, divorciada, empresária, nascida em 19/07/1966, natural de Colatina – ES, domiciliada na Rua Pedro Vitali, 265, Apto 101, Bairro Marista, Colatina-ES, CEP 29707-150, CPF 004.105.937-96 e CI nº. 736.016-SSP/ES que subscreve e integraliza 100.000 (cem mil) cotas de capital, do valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, no valor total de R\$

100.000,00 (cem mil reais), tendo adquiridas 50.000 (cinquenta mil) cotas no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) do sócio Maria Angela Lavagnoli e 50.000 (cinquenta mil) cotas no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) do sócio Maria José Lavagnoli Colombo.

**2 – CAPITAL SOCIAL 2.1** - O capital social da sociedade de R\$ 2.414.000,00 (dois milhões, quatrocentos e catorze mil reais), fica elevado para R\$ 3.278.688,00 (três milhões, duzentos e setenta e oito mil, seiscentos e oitenta e oito reais) dividido em 3.278.688 (três milhões, duzentos e setenta e oito mil, seiscentos e oitenta e oito) ações ordinárias nominativas no valor de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente do país, assim distribuído:

Socios	Cotas Detidas	Valor do Capital	Percentual
Fernandes Lavagnoli	1.303.279	1.303.279,0	39,75
Rafael Zanotelli Lavagnoli	491.803	491.803,00	15,00
Fernando Zanoteli Lavagnoli	491.803	491.803,00	15,00
Leandra Zanotelli Lavagnoli	491.803	491.803,00	15,00
Maria Jose Lavagnoli Colombo	100.000	100.000,00	3,05
Maria Angela Lavagnoli	100.000	100.000,00	3,05
Maria Eliane Lavagnoli	100.000	100.000,00	3,05
Katia Helena Lavagnoli da Silva	100.000	100.000,00	3,05
Maria Luiza Lavagnoli Gazel	100.000	100.000,00	3,05
<b>Total</b>	<b>3.278.689</b>	<b>3.278.688,00</b>	<b>100,00%</b>

**3 – ALTERAÇÃO DO TIPO JURIDICO E ALTERAÇÃO DA DENOMINAÇÃO SOCIAL.**

**3.1** - A sociedade empresaria limitada, altera o tipo jurídico para sociedade anônima de capital fechado, sem solução de continuidade, de acordo com o disposto no Artigo 220 da Lei 6404/76.

**3.2** – A denominação social passa a ser **LAVAGNOLI ATACADO E VAREJO S/A**.

**3.3** - A sociedade anônima de capital fechado **LAVAGNOLI ATACADO E VAREJO S/A**, nesta alteração constituída, é sucessora universal, em todos os direitos e obrigações, da sociedade empresaria limitada, ora sucedida.

**4 – DA ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA**

**4.1** - Foram eleitos e tomaram posse, para a administração da companhia, com mandato de três anos, a contar de 30 de novembro de 2022, até 30 de novembro de 2025, os senhores já qualificados acima: a) Diretor Presidente, **FERNANDO ZANOTELLI LAVAGNOLI**; b) Diretor Administrativo Financeiro, **RAFAEL ZANOTELLI LAVAGNOLI**.

**4.2** - Os diretores eleitos e empossados, declaram sob as penas da Lei, que não estão incurso em quaisquer crimes previstos em Lei, que os impeçam de exercer as atividades econômicas ou mercantis.

**4.3** - A atual remuneração da diretoria permanecerá inalterada até que à assembléia de acionistas estabeleça um novo valor, oportunamente.

**5 – Alteração de Atividade da Matriz**

Neste ato fica alterado os objetivos sociais da matriz para: CNAE 46.93-1/00 – Comércio atacadista de mercadorias em geral, sem predominância de alimentos ou de insumos agropecuários; CNAE 46.49-4/02 – Comércio atacadista de aparelhos eletrônicos de uso pessoal e doméstico; CNAE 46.49-4/01 – Comércio atacadista de equipamentos elétricos de uso pessoal e doméstico; CNAE 46.51-6/01 – Comércio atacadista de equipamentos de informática; CNAE 46.51-6/02 – Comércio atacadista de suprimentos para informática; CNAE 46.52-4/00 – Comércio atacadista de componentes eletrônicos e equipamentos de telefonia e comunicação

**6 – ESTATUTO SOCIAL**

**6.1** - Os cotistas aprovam na íntegra o Estatuto Social pelo qual se regerá a companhia, nos termos da Lei 6.404/76 e suas alterações, e demais legislações pertinentes, como segue.

**CAPÍTULO I:**

**NATUREZA JURÍDICA, DENOMINAÇÃO, PRAZO, SEDE E FILIAIS.**

Artigo 1º – A **LAVAGNOLI ATACADO E VAREJO S/A**, é uma Sociedade Anônima de capital fechado, regendo-se pelo presente Estatuto, pela Lei 6.404/76 e alterações e demais legislações aplicáveis. Artigo 2º – O prazo de duração da Companhia é indeterminado.

Continua **DOIS AMIGOS ATACADO E VAREJO LTDA. CNPJ/MF 39.621.479/0001-19/NIRE nº 32.2.0064619.9**

**Artigo 3º** - A Companhia tem sede e foro na cidade de Colatina – ES, na Rodovia Gether Lopes de Farias n. 2200 – Bloco A – Bairro Carlos Germano Naumann, Colatina/ES, CEP: 29.705-390, podendo constituir filiais, escritórios ou dependências em qualquer parte do território nacional e no exterior, por deliberação da Diretoria.

## CAPÍTULO II.

### DO OBJETO SOCIAL E FILIAIS.

**Artigo 4º** - A Companhia tem como objetivos sociais: CNAE 46.93-1/00 – Comércio atacadista de mercadorias em geral, sem predominância de alimentos ou de insumos agropecuários; CNAE 46.49-4/02 – Comércio atacadista de aparelhos eletrônicos de uso pessoal e doméstico; CNAE 46.49-4/01 – Comércio atacadista de equipamentos elétricos de uso pessoal e doméstico; CNAE 46.51-6/01 – Comércio atacadista de equipamentos de informática; CNAE 46.51-6/02 – Comércio atacadista de suprimentos para informática; CNAE 46.52-4/00 – Comércio atacadista de componentes eletrônicos e equipamentos de telefonia e comunicação; CNAE 46.93-1/00 – Comércio atacadista de mercadorias em geral, sem predominância de alimentos ou de insumos agropecuários; CNAE: 10.91-1/02 – Fabricação de produtos de padaria e confeitaria com predominância de produção própria; CNAE 47.11-3/02 – Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - supermercados; CNAE 47.21-1-02 – Padaria e confeitaria com predominância de revenda; CNAE 47.21-1/03 – Comércio varejista de laticínios e frios; CNAE 47.21-1/04 – Comércio varejista de doces, balas, bombons e semelhantes; CNAE 47.22-9/01 – Comércio varejista de carnes – açougues; CNAE 47.23-7/00 – Comércio varejista de bebidas; CNAE 47.24-5/00 – Comércio varejista de hortifrutigranjeiros; CNAE 47.72-5/00 – Comércio varejista de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal; CNAE 47.89-0/99 – Comércio varejista de outros produtos não especificados anteriormente; CNAE 47.29-6/99 – Comércio varejista de produtos alimentício em geral ou especializado em produtos alimentícios não especificados anteriormente; CNAE 56.11-2/03 – Lanchonetes, casas de chá, de sucos e similares; CNAE 10.96-1/00 – Fabricação de alimentos e pratos prontos; CNAE 10.91-1/01 – Fabricação de produtos de panificação Industrial; CNAE 10.94-5/00 – Fabricação de massas alimentícias; CNAE 46.91-5/00 – Comércio atacadista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios; CNAE 46.35-4/01 – Comércio atacadista de água mineral; CNAE 46.35-4/02 – Comércio atacadista de cerveja, chope e refrigerante; CNAE 46.35-4/99 – Comércio atacadista de bebidas não especificadas anteriormente; CNAE 46.39-7/01 – Comércio atacadista de produtos alimentícios em geral; CNAE 46.37-1/99 – Comércio atacadista especializado em outros produtos alimentícios não especificados anteriormente.

**§ 1º** - O estabelecimento Matriz, tem os seguintes objetivos sociais: CNAE 46.93-1/00 – Comércio atacadista de mercadorias em geral, sem predominância de alimentos ou de insumos agropecuários; CNAE 46.49-4/02 – Comércio atacadista de aparelhos eletrônicos de uso pessoal e doméstico; CNAE 46.49-4/01 – Comércio atacadista de equipamentos elétricos de uso pessoal e doméstico; CNAE 46.51-6/01 – Comércio atacadista de equipamentos de informática; CNAE 46.51-6/02 – Comércio atacadista de suprimentos para informática; CNAE 46.52-4/00 – Comércio atacadista de componentes eletrônicos e equipamentos de telefonia e comunicação.

**§ 2º** - A sociedade possui as seguintes filiais e respectivos objetivos sociais: 1) filial situada na Avenida Silvío Avidos, nº. 1169, Bairro São Silvano, Colatina/ES, CEP 29.703-131, NIRE sob n. 32.900.319.646 e CNPJ sob n. 39.621.479/0002-08, com os seguintes objetos sociais: CNAE 46.93-1/00 – Comércio atacadista de mercadorias em geral, sem predominância de alimentos ou de insumos agropecuários; CNAE 47.11-3/02 – Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios – supermercados; CNAE 47.21-1/03 – Comércio varejista de laticínios e frios; CNAE 47.22-9/01 – Comércio varejista de carnes – açougues; CNAE 47.23-7/00 – Comércio varejista de bebidas; CNAE 47.24-5/00 – Comércio varejista de hortifrutigranjeiros; CNAE 47.29-6/99 – Comércio varejista de produtos alimentícios em geral ou especializado em produtos alimentícios não especificados anteriormente; CNAE 47.89-0/99 – Comércio varejista de outros produtos não especificados anteriormente; 56.11-2/03 – Lanchonetes, casas de chá, de sucos e similares; 10.96-1/00 - Fabricação de alimentos e pratos prontos; 10.91-1/01 – Fabricação de produtos de panificação Industrial; 10.94-5/00 – Fabricação de massas alimentícias; 10.91-1/02 – Fabricação de produtos de padaria e confeitaria com predominância de produção própria;

**2) filial** situada na Rodovia Gether Lopes de Farias, n. 2200, Galpão Frente, Bairro Carlos Germano Naumann, Colatina/ES, CEP 29.705-390, NIRE sob nº. 32.900.626.948 e CNPJ sob n. 39.621.479/0003-80, com os seguintes objetos sociais: CNAE 46.93-1/00 – Comércio atacadista de mercadorias em geral, sem predominância de alimentos ou de insumos agropecuários; CNAE 47.11-3-02 – Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios – supermercados; CNAE 47.21-1/03 – Comércio varejista de laticínios e frios; CNAE 47.22-9/01 – Comércio varejista de carnes – açougues; CNAE 47.23-7/00 – Comércio varejista de bebidas; CNAE 47.24-5/00 – Comércio varejista de hortifrutigranjeiros; CNAE 47.29-6/99 – Comércio

varejista de produtos alimentícios em geral ou especializado em produtos alimentícios não especificados anteriormente; CNAE 47.89-0/99 – Comércio varejista de outros produtos não especificados anteriormente; CNAE 56.11-2/03 – Lanchonetes, casas de chá, de sucos e similares; CNAE 10.96-1/00 – Fabricação de alimentos e pratos prontos; 10.91-1/01 – Fabricação de produtos de panificação Industrial; CNAE 10.94-5/00 – Fabricação de massas alimentícias; 10.91-1/02 – Fabricação de produtos de padaria e confeitaria com predominância de produção própria.

**3) filial** situada na Rua Moacyr Cani, SN, Bloco A, Bairro Carlos Germano Naumann, Colatina/ES, CEP 29.705-216. NIRE sob nº. 32.900.632.255 e CNPJ sob n. 39.621.479/0004-61, com os seguintes objetivos sociais: CNAE 46.93-1/00 – Comércio atacadista de mercadorias em geral, sem predominância de alimentos ou de insumos agropecuários; CNAE 47.11-3-02 – Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios – supermercados; CNAE 47.21-1/03 – Comércio varejista de laticínios e frios; CNAE 47.22-9/01 – Comércio varejista de carnes – açougues; CNAE 47.23-7/00 – Comércio varejista de bebidas; CNAE 47.24-5/00 – Comércio varejista de hortifrutigranjeiros; CNAE 47.29-6/99 – Comércio varejista de produtos alimentícios em geral ou especializado em produtos alimentícios não especificados anteriormente; CNAE 47.89-0/99 – Comércio varejista de outros produtos não especificados anteriormente; CNAE 56.11-2/03 – Lanchonetes, casas de chá, de sucos e similares; CNAE 10.96-1/00 - Fabricação de alimentos e pratos prontos; CNAE 10.91-1/01 – Fabricação de produtos de panificação Industrial; 10.94-5/00 – Fabricação de massas alimentícias; CNAE 10.91-1/02 – Fabricação de produtos de padaria e confeitaria com predominância de produção própria.

**4) A sociedade** possui uma filial situada na Avenida Brasil, 2373, Loja 01, Bairro Maria Graças, Colatina/ES, CEP 29705-027. NIRE sob nº. 32.900.649.204 e CNPJ sob n. 39.621.479/0005-42, com os seguintes objetivos sociais: CNAE 46.93-1/00 – Comércio atacadista de mercadorias em geral, sem predominância de alimentos ou de insumos agropecuários; CNAE 47.11-3-02 – Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios – supermercados; CNAE 47.21-1/03 – Comércio varejista de laticínios e frios; 47.22-9/01 – Comércio varejista de carnes – açougues; CNAE 47.23-7/00 – Comércio varejista de bebidas; CNAE 47.24-5/00 – Comércio varejista de hortifrutigranjeiros; CNAE 47.29-6/99 – Comércio varejista de produtos alimentícios em geral ou especializado em produtos alimentícios não especificados anteriormente; CNAE 47.89-0/99 – Comércio varejista de outros produtos não especificados anteriormente; CNAE 56.11-2/03 – Lanchonetes, casas de chá, de sucos e similares; CNAE 10.96-1/00 - Fabricação de alimentos e pratos prontos; CNAE 10.91-1/01 – Fabricação de produtos de panificação Industrial; CNAE 10.94-5/00 – Fabricação de massas alimentícias; CNAE 10.91-1/02 – Fabricação de produtos de padaria e confeitaria com predominância de produção própria.

**5) A sociedade** possui uma filial situada na Rua Germano Nauann Filho, nº. 53, Bairro Centro, Colatina/ES, CEP 29.700-030. NIRE sob n. 32.900.651.781 e CNPJ sob n. 39.621.479/0006-23, com os seguintes objetivos sociais: CNAE 10.91-1/02 – Fabricação de produtos de padaria e confeitaria com predominância de produção própria; CNAE 47.11-3/02 – Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - supermercados; CNAE 47.21-1-02 – Padaria e confeitaria com predominância de revenda; 47.21-1/03 – Comércio varejista de laticínios e frios; CNAE 47.21-1/04 – Comércio varejista de doces, balas, bombons e semelhantes; CNAE 47.22-9/01 – Comércio varejista de carnes – açougues; CNAE 47.23-7/00 – Comércio varejista de bebidas; CNAE 47.24-5/00 – Comércio varejista de hortifrutigranjeiros; 47.72-5/00 – Comércio varejista de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal; CNAE 47.89-0/99 – Comércio varejista de outros produtos não especificados anteriormente; CNAE 47.29-6/99 – Comércio varejista de produtos alimentícios em geral ou especializado em produtos alimentícios não especificados anteriormente; CNAE 56.11-2/03 – Lanchonetes, casas de chá, de sucos e similares; CNAE 10.96-1/00 - Fabricação de alimentos e pratos prontos; CNAE 10.91-1/01 – Fabricação de produtos de panificação Industrial; CNAE 10.94-5/00 – Fabricação de massas alimentícias; CNAE 46.91-5/00 – Comércio atacadista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios; CNAE 46.35-4/01 - Comércio atacadista de água mineral; CNAE 46.35-4/02 – Comércio atacadista de cerveja, chope e refrigerante; CNAE 46.35-4/99 – Comércio atacadista de bebidas não especificadas anteriormente; CNAE 46.39-7/01 – Comércio atacadista de produtos alimentícios em geral; CNAE 46.37-1/99 – Comércio atacadista especializado em outros produtos alimentícios não especificados anteriormente; CNAE 46.93-1/00 – Comércio atacadista de mercadorias em geral, sem predominância de alimentos ou de insumos agropecuários; CNAE 46.49-4/02 – Comércio atacadista de aparelhos eletrônicos de uso pessoal e doméstico; CNAE 46.49-4/01 – Comércio atacadista de equipamentos elétricos de uso pessoal e doméstico; CNAE 46.51-6/01 – Comércio atacadista de equipamentos de informática; CNAE 46.51-6/02 – Comércio atacadista de suprimentos para informática; CNAE 46.52-4/00 – Comércio atacadista de componentes eletrônicos e equipamentos de telefonia e comunicação.

**6) A sociedade** possui uma filial situada na Rua PIO XII, n. 05, Bairro Esplanada, Colatina/ES, CEP 29702-675. NIRE sob n. 32.900.651.918 e CNPJ sob n.

Continua **DOIS AMIGOS ATACADO E VAREJO LTDA. CNPJ/MF 39.621.479/0001-19/NIRE nº 32.2.0064619.9**

39.621.479/0007-04, com os seguintes objetivos sociais: CNAE 10.91-1/02 – Fabricação de produtos de padaria e confeitaria com predominância de produção própria; CNAE 47.11-3/02 – Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - supermercados; CNAE 47.21-1-02 – Padaria e confeitaria com predominância de revenda; CNAE 47.21-1/03 – Comércio varejista de laticínios e frios; CNAE 47.21-1/04 – Comércio varejista de doces, balas, bombons e semelhantes; CNAE 47.22-9/01 – Comércio varejista de carnes – açougues; CNAE 47.23-7/00 – Comércio varejista de bebidas; CNAE 47.24-5/00 – Comércio varejista de hortifrutigranjeiros; CNAE 47.72-5/00 – Comércio varejista de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal; CNAE 47.89-0/99 – Comércio varejista de outros produtos não especificados anteriormente; CNAE 47.29-6/99 – Comércio varejista de produtos alimentícios em geral ou especializado em produtos alimentícios não especificados anteriormente; CNAE 56.11-2/03 – Lanchonetes, casas de chá, de sucos e similares; CNAE 10.96-1/00 – Fabricação de alimentos e pratos prontos; CNAE 10.91-1/01 – Fabricação de produtos de panificação Industrial; CNAE 10.94-5/00 – Fabricação de massas alimentícias; CNAE 46.91-5/00 – Comércio atacadista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios; CNAE 46.35-4/01 – Comércio atacadista de água mineral; CNAE 46.35-4/02 – Comércio atacadista de cerveja, chope e refrigerante; CNAE 46.35-4/99 – Comércio atacadista de bebidas não especificadas anteriormente; CNAE 46.39-7/01 – Comércio atacadista de produtos alimentícios em geral; CNAE 46.37-1/99 – Comércio atacadista especializado em outros produtos alimentícios não especificados anteriormente; CNAE 46.93-1/00 – Comércio atacadista de mercadorias em geral, sem predominância de alimentos ou de insumos agropecuários; CNAE 46.49-4/02 – Comércio atacadista de aparelhos eletrônicos de uso pessoal e doméstico; CNAE 46.49-4/01 – Comércio atacadista de equipamentos elétricos de uso pessoal e doméstico; CNAE 46.51-6/01 – Comércio atacadista de equipamentos de informática; CNAE 46.51-6/02 – Comércio atacadista de suprimentos para informática; CNAE 46.52-4/00 – Comércio atacadista de componentes eletrônicos e equipamentos de telefonia e comunicação.

7) A sociedade possui uma filial situada na Rodovia BR 259, SN, Bairro Morada do Sol, Colatina/ES, CEP 29704-860. NIRE sob n. 32900657894 e CNPJ sob n. 39.621.479/0008-95, com o seguinte objetivo social: CNAE 46.93-1/00 – Comércio atacadista de mercadorias em geral, sem predominância de alimentos ou de insumos agropecuários.

8) A sociedade possui uma filial situada na Av. Silvio Avidos, 1155, São Silvano, Colatina/ES, CEP. 29.703-131. NIRE sob n. 32900658467 e CNPJ sob n. 39.621.479/0009-76, com o seguinte objetivo social: CNAE 47.11-3/02 – Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios – supermercados; 10.91-1/01 - Fabricação de produtos de panificação industrial; 10.91-1/02 - Fabricação de produtos de padaria e confeitaria com predominância de produção própria; 10.94-5/00 - Fabricação de massas alimentícias; 10.96-1/00 - Fabricação de alimentos e pratos prontos; 46.35-4/01 - Comércio atacadista de água mineral; 46.35-4/02 - Comércio atacadista de cerveja, chope e refrigerante; 46.35-4/99 - Comércio atacadista de bebidas não especificadas anteriormente; 46.37-1/99 - Comércio atacadista especializado em outros produtos alimentícios não especificados anteriormente; 46.39-7/01 - Comércio atacadista de produtos alimentícios em geral; 46.49-4/01 - Comércio atacadista de equipamentos elétricos de uso pessoal e doméstico; 46.49-4/02 - Comércio atacadista de aparelhos eletrônicos de uso pessoal e doméstico; 46.51-6/01 - Comércio atacadista de equipamentos de informática; 46.51-6/02 - Comércio atacadista de suprimentos para informática; 46.52-4/00 - Comércio atacadista de componentes eletrônicos e equipamentos de telefonia e comunicação; 46.91-5/00 - Comércio atacadista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios; 46.93-1/00 - Comércio atacadista de mercadorias em geral, sem predominância de alimentos ou de insumos agropecuários; 47.21-1/02 - Padaria e confeitaria com predominância de revenda; 47.21-1/03 - Comércio varejista de laticínios e frios; 47.21-1/04 - Comércio varejista de doces, balas, bombons e semelhantes; 47.22-9/01 - Comércio varejista de carnes – açougues; 47.23-7/00 - Comércio varejista de bebidas; 47.24-5/00 - Comércio varejista de hortifrutigranjeiros; 47.29-6/99 - Comércio varejista de produtos alimentícios em geral ou especializado em produtos alimentícios não especificados anteriormente; 47.72-5/00 - Comércio varejista de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal; 47.89-0/99 - Comércio varejista de outros produtos não especificados anteriormente; 56.11-2/03 - Lanchonetes, casas de chá, de sucos e similares.

§ 3º - As filiais girarão com capital da matriz e terão contabilidade centralizada nesta.

### CAPÍTULO III

#### DO CAPITAL SOCIAL, DAS AÇÕES E DOS ACIONISTAS

**Artigo 5º** - O capital social subscrito da Companhia é de R\$ 3.278.688,00 (três milhões, duzentos e setenta e oito mil, seiscentos e oitenta e oito reais), dividido em 3.278.688 (três milhões, duzentos e setenta e oito mil, seiscentos e oitenta e oito) ações ordinárias nominativas no valor de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente do país, assim distribuído:

Socios	Ações Detidas	Valor do Capital	Percentual
Fernandes Lavagnoli	1.303.279	1.303.279,00	39,75
Rafael Zanotelli Lavagnoli	491.803	491.803,00	15,00
Leandra Zanotelli Lavagnoli	491.803	491.803,00	15,00
Maria Jose Lavagnoli Colombo	100.000	100.000,00	3,05
Maria Angela Lavagnoli	100.000	100.000,00	3,05
Maria Eliane Lavagnoli	100.000	100.000,00	3,05
Katia Helena Lavagnoli da Silva	100.000	100.000,00	3,05
Maria Luiza Lavagnoli Gazel	100.000	100.000,00	3,05
<b>Total</b>	<b>3.278.689</b>	<b>3.278.688,00</b>	<b>100,00%</b>

**Artigo 6º** - As ações são indivisíveis perante a Companhia e cada uma delas terá direito a 01 (um) voto nas assembleias gerais. Parágrafo único – Ocorrendo empate nas votações, prevalecerão os votos do acionista que, individualmente, tiver maior quantidade de ações integralizadas.

**Artigo 7º** - O capital social poderá ser aumentado com a observância das Normas legais em vigor, especialmente aquelas contidas nos Artigos 166 e seguintes da Lei 6404/76.

§ 1º - A Companhia, mediante aviso publicado na imprensa, comunicará aos Acionistas a deliberação da Assembleia para aumentar o capital social, informando todas as características e condições da emissão e o prazo para o exercício do direito de preferência, que não poderá ser inferior a 30 (trinta) dias, nos aumentos por subscrição particular.

§ 2º - A publicação, de que trata o § 1º deste Artigo, será dispensada: (a) se as comunicações forem efetuadas a todos os Acionistas, por meio de correspondências entregues sob protocolo ou enviadas por meio dos correios com A.R. – Aviso de Recebimento, hipótese em que serão consideradas entregues quando recebidas no endereço do Acionista, ainda que o A.R. – Aviso de Recebimento seja assinado por terceiro que se encontrar no endereço indicado pelo Acionista em documento subscrito pelo Acionista perante a Companhia, inclusive em boletins de subscrições de ações; ou (b) se todos os Acionistas se fizerem presentes na Assembleia dos Acionistas que deliberar pela emissão de novas ações, hipótese em que deverão assinar a própria ata da Assembleia dos Acionistas.

§ 3º - Competirá à Assembleia dos Acionistas fixar o preço e o número de ações a serem subscritas, bem como o prazo e condições de subscrição e integralização, exceção feita à integralização em bens, que dependerá de aprovação da Assembleia, na forma da Lei.

§ 4º - O Acionista que não integralizar as ações subscritas, na forma do boletim de subscrição, ficará constituído em mora, devendo pagar à Companhia juros de 1% (um por cento) ao mês ou fração, contados do 1º (primeiro) dia do não cumprimento da obrigação, mais multa equivalente a 10% (dez por cento) do valor em atraso e não integralizado.

**Artigo 7º** - O capital social poderá ser aumentado com a observância das Normas legais em vigor, especialmente aquelas contidas nos Artigos 166 e seguintes da Lei 6404/76.

§ 1º - A Companhia, mediante aviso publicado na imprensa, comunicará aos Acionistas a deliberação da Assembleia para aumentar o capital social, informando todas as características e condições da emissão e o prazo para o exercício do direito de preferência, que não poderá ser inferior a 30 (trinta) dias, nos aumentos por subscrição particular.

§ 2º - A publicação, de que trata o § 1º deste Artigo, será dispensada: (a) se as comunicações forem efetuadas a todos os Acionistas, por meio de correspondências entregues sob protocolo ou enviadas por meio dos correios com A.R. – Aviso de Recebimento, hipótese em que serão consideradas entregues quando recebidas no endereço do Acionista, ainda que o A.R. – Aviso de Recebimento seja assinado por terceiro que se encontrar no endereço indicado pelo Acionista em documento subscrito pelo Acionista perante a Companhia, inclusive em boletins de subscrições de ações; ou (b) se todos os Acionistas se fizerem presentes na Assembleia dos Acionistas que deliberar pela emissão de novas ações, hipótese em que deverão assinar a própria ata da Assembleia dos Acionistas.

§ 3º - Competirá à Assembleia dos Acionistas fixar o preço e o número de ações a serem subscritas, bem como o prazo e condições de subscrição e integralização, exceção feita à integralização em bens, que dependerá de aprovação da Assembleia, na forma da Lei.

§ 4º - O Acionista que não integralizar as ações subscritas, na forma do boletim de subscrição, ficará constituído em mora, devendo pagar à Companhia juros de 1% (um por cento) ao mês ou fração, contados do 1º (primeiro) dia do não cumprimento da obrigação, mais multa equivalente a 10% (dez por cento) do valor em atraso e não integralizado.

§ 5º - Por deliberação da Assembleia dos Acionistas, a Companhia poderá adquirir ações de sua própria emissão para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria, determinar a sua revenda.

**Artigo 8º** - Ocorrendo aumento do capital social, fica assegurado aos Acionistas a preferência para a subscrição de novas ações, na proporção das ações já integralizadas de que sejam titulares.

**Artigo 9º** - O direito de preferência de que trata o *caput* do Artigo 8º, imediatamente anterior, deverá ser exercido no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de publicação da convocação da Assembleia Extraordinária para aumento de capital social.

Continua

**DOIS AMIGOS ATACADO E VAREJO LTDA. CNPJ/MF 39.621.479/0001-19/NIRE nº 32.2.0064619.9**

§ 1º – Se, dentro do prazo de 30 (trinta) dias de que trata o *caput* deste Artigo, não forem subscritas a totalidade das ações disponíveis para subscrição, o(s) Acionista(s) que primeiro manifestar(em) o interesse na subscrição das ações não subscritas, terá(ão) o direito de subscrevê-las. Se vários forem os Acionistas interessados, tais ações serão rateadas proporcionalmente para cada Acionista, levando-se em consideração as ações integralizadas de que forem detentores.

§ 2º – Decorrido o prazo de que trata o § 1º imediatamente anterior, sem que todas as ações tenham sido subscritas, estas poderão ser subscritas por quaisquer interessados, observadas as condições fixadas pela Assembleia dos Acionistas.

§ 3º – Não havendo interessado na aquisição das ações não subscritas nas formas previstas neste Artigo, será convocada nova Assembleia extraordinária para alterar o Estatuto Social, com o objetivo de adequar o capital social levando em consideração as quantidades de ações então subscritas.

**DIREITO DE PREFERÊNCIA**

**Artigo 10** – O Acionista que desejar alienar suas ações, no todo ou em parte, obriga-se a notificar, por escrito, aos demais Acionistas signatários do presente instrumento, a sua intenção de alienar ações e a dar aos mesmos (“Acionistas Interessados”) a preferência para aquisição de todas, e não menos do que todas, as ações a serem alienadas, com a observância das regras fixadas no presente Estatuto Social. Para os fins deste Estatuto Social, o termo “Alienar” ou “Alienação” significa alienar, vender, ceder, transferir, conferir ao capital, instituir usufruto ou fideicomisso, dispor, cancelar ou substituir as Ações, de qualquer forma, direta ou indireta, a título gratuito ou oneroso, ainda que em decorrência de cisão, incorporação, fusão, dissolução ou liquidação da respectiva Parte ou qualquer outro negócio jurídico que resulte na transferência direta ou indireta da titularidade das ações.

§ 1º – A notificação prevista no *caput* deste artigo deverá informar o preço por Ação e os demais termos e condições pelas quais a Parte alienante deseja Alienar suas Ações.

§ 2º – O exercício do direito de preferência pelos Acionistas interessados em adquirir Ações de outros Acionistas deverá ser manifestado, por escrito, em até 30 (trinta) dias contados do recebimento da notificação da Parte alienante. Caso não haja exercício do direito de preferência pelos Acionistas representando, no mínimo, 10% (dez por cento) das Ações, a Parte alienante poderá alienar as Ações ofertadas a terceiro interessado nas mesmas condições previstas na notificação enviada aos demais Acionistas nos termos deste Artigo, desde que sejam alienadas no prazo de até 30 (trinta) dias seguintes ao fim do prazo fixado para o exercício do direito de preferência. Após o decurso de tal prazo sem a efetivação da Alienação, a parte que desejar Alienar Ações deverá conceder novamente o direito de preferência previsto neste Artigo aos Acionistas interessados, reiniciando todos os procedimentos previstos neste instrumento.

§ 3º – Exercido o direito de preferência, o preço de aquisição a ser pago pelo Acionista interessado será o mesmo preço constante da notificação a que se refere o § 1º deste Artigo, desde que a Parte que desejar Alienar Ações informe, por escrito, o nome do potencial comprador, no prazo de 2 (dois) dias contados da manifestação do(s) Acionista(s) interessado(s) acerca do exercício do direito de preferência, e comprove para os demais Acionistas que a oferta foi feita por terceiro: (i) que não seja competidor da Companhia, de suas coligadas ou controladas; (ii) que não seja empresa controlada, controladora ou coligada da Parte que deseja Alienar Ações ou de quaisquer de seus diretores, conselheiros, administradores, acionistas, parentes ou cônjuge de parente até a terceiro grau de qualquer uma dessas pessoas; (iii) que não seja parente ou cônjuge de parentes, até o terceiro grau da Parte; (iv) em cuja administração não participem os administradores da Parte ou qualquer das pessoas descritas nos itens (i) a (iii) acima; e (v) que não mantenha qualquer relação comercial duradoura com a Parte.

§ 4º – Uma vez determinado o valor a ser pago pelas Ações com a observância das regras fixadas neste Artigo, os Acionistas que exercerem o direito de preferência terão o prazo de até 20 (vinte) dias, contados da data do exercício de tal direito, para apresentar à Companhia os documentos comprobatórios das aquisições por eles efetuadas.

§ 5º – Qualquer alienação de Ações que viole o disposto neste Artigo ou qualquer outra disposição deste Estatuto Social, será nula e ineficaz perante a Companhia e às demais Partes.

§ 6º – Caso mais de um Acionista deseje adquirir as Ações ofertadas nos termos deste Artigo, o direito de preferência será exercido na proporção da participação de cada um dos Acionistas interessados na aquisição de tais Ações, excluídas as participações do acionista alienante, e dos Acionistas que não tiverem interesse em exercer seu direito de preferência.

§ 7º – O direito de preferência previsto neste Artigo não se aplica à Alienação de Ações para Pessoa Jurídica da qual o Acionista alienante seja controlador (ou na sua ausência, para seus herdeiros e sucessores).

**DIREITO DE PREFERÊNCIA E DA OPÇÃO DE COMPRA EM CASO DE CONSTRIÇÃO JUDICIAL SOBRE AS AÇÕES**

**Artigo 11** – Caso venha ocorrer constrição judicial sobre quaisquer Ações, serão adotados os seguintes procedimentos: Opção de Compra em Caso de Constrição Judicial de Ações:

(a) Caso qualquer Ação venha a ser constrita judicialmente, os Acionistas não detentores das Ações Constritas, qualquer que seja a espécie e/ou classe, terão o direito de adquirir todas, e não menos que todas, as Ações Constritas, por preço igual ao valor da avaliação das Ações Constritas, realizada para fins da constrição (“Preço da Opção”), observados os termos, condições e procedimentos previstos neste Estatuto Social, especialmente no presente Artigo.

(b) Uma vez formalizada a constrição das Ações de sua propriedade, o Acionista detentor das Ações Constritas (“Acionista Sujeito à Opção”) terá o direito de efetivar a liberação da constrição junto ao Juízo competente em até 30 (trinta) dias que antecederem a data designada para a realização do 1º (primeiro) leilão das Ações Constritas.

(c) Caso o Acionista Sujeito à Opção não consiga a liberação da constrição sobre as Ações de sua titularidade no prazo previsto na letra “b” imediatamente anterior, os demais Acionistas (“Acionistas Titulares da Opção”) terão direito de adquirir as Ações Constritas na proporção das participações societárias por eles detidas, desprezando-se as participações do Acionista Sujeito à Opção e dos Acionistas que não exercerem o direito de aquisição das Ações Constritas. A Opção de Compra será exercida pelos Acionistas Titulares da Opção mediante comunicação escrita entregue (“Data de Exercício da Opção”) pelos Acionistas Titulares da Opção ao Acionista Sujeito à Opção, no prazo de até 20 (vinte) dias que antecederem a data designada para a realização do 1º (primeiro) leilão das Ações constritas. Cada Acionista Titular da Opção deverá exercer a Opção de Compra com relação a todas, e não menos que todas, as Ações Constritas. (d) No prazo de até 8 (oito) dias úteis contados da Data de Exercício da Opção, o Acionista Sujeito à Opção venderá e transferirá as Ações Constritas ao(s) Acionista(s) Titular(es) da Opção, sendo que o(s) Acionista(s) Titular(es) da Opção adquirirá(ão) as Ações Constritas mediante o pagamento à vista do Preço da Opção aplicável, por meio de depósito(s) realizado(s) pelo(s) Acionista(s) Titular(es) da Opção em juízo, em substituição das Ações Constritas do valor correspondente ao Preço da Opção. Efetivado o depósito do Preço da Opção em Juízo, o Acionista Sujeito à Opção tomará todas as medidas necessárias para a liberação da constrição sobre as Ações Constritas. Ademais, desde já, o(s) Acionista(s) Titular(es) da Opção estará(ão) automaticamente investido(s) de poderes irrevogáveis e irretiráveis para adotar(em) todos os procedimentos necessários visando a liberação da constrição sobre as Ações Constritas e para transferi-las para o(s) seu(s) nome(s), independentemente de qualquer formalidade adicional, servindo o presente instrumento como procuração, podendo, inclusive, constituir(em) advogado(s) para tanto. (e) Exercida a Opção de Compra e efetivado o pagamento por meio de depósito(s) realizado(s) pelo(s) Acionista(s) Titular(es) da Opção em Juízo, considerar-se-á perfeita e acabada a compra e venda das Ações Constritas, independentemente de qualquer formalidade adicional, exceto com relação ao registro nos livros da Companhia, que poderão ser assinados pelo(s) procurador(es) constituído(s) nos termos das disposições contidas na letra “d” imediatamente anterior. (f) Fica certo e ajustado que pertencerão aos Acionistas Titulares da Opção os dividendos integrais referentes às Ações Constritas, calculados pro rata temporis, relativos aos lucros apurados desde a Data do Exercício da Opção até a data da transferência das Ações Constritas. (g) Sem prejuízo de outros recursos detidos pelas Partes, as disposições e obrigações assumidas no presente Estatuto Social comportam execução específica, nos termos das normas legais em vigor.

**OBRIGAÇÃO DE VENDA (DRAG ALONG)**

**Artigo 12** – As partes que, em conjunto, sejam titulares de, no mínimo, 70% (setenta por cento) das Ações (“Parte do Drag Along”), e que desejem Alienar a totalidade das mesmas a terceiros (não relacionados com as Partes), terão o direito de exigir que quaisquer das demais Partes alienem, em conjunto com as Partes do Drag Along, a totalidade das Ações de que são titulares, nas mesmas condições, inclusive de preço por Ação. Para os fins deste Estatuto Social, o termo “Drag Along” significa o direito de determinar a venda conjunta das Ações e o seu termo. “Partes do Drag Along” significa as Partes que podem exercer o direito de determinar a venda conjunta das Ações. § 1º – Para o exercício do direito de Drag Along previsto neste Artigo, as Partes do Drag Along deverão enviar à(s) outra(s) Parte(s) notificação neste sentido, informando o nome do potencial comprador, o preço por Ação, bem como os demais termos e condições pelos quais desejam alienar suas Ações. § 2º – A(s) outra(s) Parte(s) deverá(ão), no prazo de 30 (trinta) dias contados do recebimento da notificação a que se refere o § 1º anterior, responder se deseja(m) exercer o direito de preferência a que se refere o Artigo 10 deste Estatuto Social, para adquirir a totalidade das Ações das Partes do Drag Along, pelo preço por Ação constante da notificação. No caso de resposta negativa ou de ausência de resposta no prazo aqui previsto, as Partes do Drag Along poderão efetivar a venda da totalidade das Ações, nas mesmas condições previstas na notificação a que se refere o § 1º deste Artigo, obrigando-se a(s) outra(s) Parte(s) sobre cujas Ações o direito de Drag Along foi exercido a praticar todos os atos necessários à efetivação da Alienação de suas Ações. § 3º – Se as Partes do Drag Along não efetivarem a Alienação dentro de até 60 (sessenta) dias contados da data de término do prazo a que se refere o parágrafo 2º, as Partes do Drag Along não poderão Alienar as Ações sem novamente atender às exigências previstas neste Estatuto Social. § 4º – A obrigação de venda conjunta prevista neste Artigo não se aplica na hipótese de Alienação

Continua

**DOIS AMIGOS ATACADO E VAREJO LTDA. CNPJ/MF 39.621.479/0001-19/NIRE nº 32.2.0064619.9****DIREITO DE VENDA CONJUNTA (TAG ALONG)**

**Artigo 13** – Cada um dos Acionistas Ofertados terá a faculdade de, ao invés de exercer o direito de preferência que lhes é assegurado, exigir que o Acionista Ofertante inclua nas ações ofertadas as Ações de sua propriedade, na mesma proporção das Ações do Acionista Ofertante, pelo mesmo preço por Ação e nas mesmas condições constantes da Notificação de Oferta (“Direito de Venda Conjunta”).

§ 1º – O Acionista Ofertado que desejar exercer o seu Direito de Venda Conjunta deverá comunicar ao Acionista Ofertante, com cópias para os demais Acionistas no prazo para o Exercício do Direito de Preferência, conforme previsto no Artigo 10.

§ 2º – Havendo o exercício do Direito de Venda conjunta, na forma prevista neste Artigo, as Ações ofertadas serão compostas por Ações de propriedade de Acionista Ofertante e pelas Ações de propriedade do(s) Acionista(s) Ofertado(s) que tiver(em) exercido o Direito de Venda Conjunta na mesma proporção que este(s) participa(m) do capital social da Companhia, desconsideradas as participações dos demais Acionistas, sob pena de invalidade da transação, que não poderá ser realizada, devendo a Administração da Companhia recusar-se a lançá-las em seus respectivos registros societários.

§ 3º – Exercido o Direito de Venda conjunta, a alienação das Ações ofertadas será efetivada dentro de 60 (sessenta) dias após o término do prazo do exercício do Direito de Venda Conjunta previsto neste artigo.

§ 4º – Fica, desde já, estabelecido que a falta de manifestação ou a manifestação intempestiva acerca do exercício do Direito de Venda Conjunta por qualquer Acionista Ofertado será considerada como renúncia ao exercício do Direito de Venda Conjunta. Neste caso, as Ações ofertadas poderão ser livremente alienadas ao adquirente indicado ou ao Acionista Ofertado que porventura tenha exercido o Direito de Preferência.

§ 5º – Qualquer modificação nas condições de Alienação indicadas na Notificação de Oferta durante o prazo decorrido entre a oferta ao Acionista Ofertado e a efetivação da operação de Alienação das Ações Ofertadas, configurará nova e distinta Alienação (exceto na hipótese de a Alienação vir a ser realizada por preço superior àquele mencionado na Notificação de Oferta), que somente poderá ser efetivada após nova oferta aos Acionistas Ofertados, nos mesmos termos e condições previstas neste Artigo.

**NÃO APLICAÇÃO DO DIREITO DE PREFERÊNCIA E DIREITO DE VENDA CONJUNTA**

**Artigo 14** – Observado o disposto no § 1º deste Artigo, o Direito de Preferência e o Direito de Venda Conjunta assegurados neste Acordo, não se aplicarão nas seguintes hipóteses: (i) Alienação de Ações realizada entre a Parte e pessoa jurídica por ela controlada, direta ou indiretamente; (ii) Aquisição de Ações pela Companhia no âmbito de programa de recompra de Ações ou de operações de natureza semelhante que se destinem à manutenção de Ações em tesouraria.

§ 1º – Na hipótese de Alienação de Ações nos termos descritos acima: (i) o Acionista alienante permanecerá solidariamente responsável pelas obrigações do(s) adquirente(s) ou cessionário(s) das Ações; e (ii) concomitantemente à formalização da Alienação das Ações, o(s) adquirente(s) das Ações estarão obrigados a observar todas as condições contidas no presente Estatuto Social.

§ 2º – O Alienante e o adquirente das Ações transferidas nos termos do Parágrafo anterior deste Artigo, serão considerados, para todos os fins e efeitos deste Estatuto, um único Acionista.

**DA RETIRADA DE ACIONISTAS DA COMPANHIA MEDIANTE REDUÇÃO DE CAPITAL**

**Artigo 15** – Os valores das ações de acionistas que vierem se retirar da empresa, mediante redução de capital, terão seus haveres fixados levando em consideração os preços de mercados dos bens que integram o seu ativo permanente acrescidos dos valores contábeis do ativo circulante, com a dedução dos valores contábeis que integram o Passivo Circulante e o Exigível a Longo Prazo, acrescidos dos encargos financeiros devidos até a data do levantamento do balanço especial para apuração dos seus haveres.

§ 1º – Não serão computados, para efeito de fixação dos haveres do acionista que se retirar da Companhia mediante redução de capital, quaisquer valores intangíveis, inclusive valores de marcas e patentes.

§ 2º – O balanço especial a que se refere o *caput* deste artigo, terá como base o último dia do mês imediatamente anterior à data em que o acionista se manifestar no sentido de se retirar da Companhia, mediante redução de capital. § 3º – Os pagamentos dos haveres do acionista retirante, apurados na forma estabelecida no presente Estatuto Social, serão feitos parceladamente levando em consideração as disponibilidades da Companhia, desde que não venham prejudicar suas atividades, porém, nunca inferiores a 12 (doze) parcelas mensais iguais e sucessivas.

§ 4º – Caso a Companhia não tenha condições de efetuar os pagamentos na forma prevista no § 3º, imediatamente anterior, sem prejudicar as suas atividades, serão providenciadas vendas de bens que integram o seu ativo permanente, suficientes para que possa pagar ao acionista retirante o valor que lhe couber, cujo pagamento será feito em idênticas condições das que vierem ser ajustadas para recebimento dos recursos provenientes de tais vendas.

§ 5º – Alternativamente ao disposto no parágrafo anterior, a Companhia poderá destinar ao alienante quaisquer bens do seu ativo permanente ou do ativo permanente de outras empresas do grupo empresarial da qual participe, suficientes para pagar ao acionista o valor que lhe couber.

**DA EXECUÇÃO ESPECÍFICA**

**Artigo 16** – O não cumprimento das obrigações assumidas nos termos deste Estatuto Social sujeitará a Parte faltosa às medidas judiciais cabíveis com vistas à obtenção da tutela específica da obrigação inadimplida. Verificada a impossibilidade da tutela específica e não havendo providências que assegurem o resultado prático equivalente ao do adimplemento da obrigação não cumprida, fica desde já acordado que o simples pagamento de perdas e danos não constituirá compensação adequada.

§ 1º – Qualquer das Partes terá o direito de requerer ao Presidente da Assembleia Geral da Companhia que declare a invalidade do voto proferido contra disposição expressa deste Estatuto Social e de requerer à Diretoria o cancelamento imediato de registro de transferência de Ações de emissão da Companhia que tenha sido efetuado em desacordo com qualquer das restrições impostas neste Estatuto Social, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial.

§ 2º – Sem prejuízo do acima disposto, fica assegurado a qualquer das Partes o direito de exigir judicialmente: (i) a anulação da Assembleia Geral que aceite como válido o voto proferido contra disposição expressa deste Estatuto Social; (ii) o cancelamento de registro de transferência de Ações efetuado em desacordo a quaisquer das disposições do presente Estatuto Social; e (iii) o suprimento judicial da vontade do acionista em caso de recusa em exercer o direito de voto nas condições ora pactuadas ou de cumprir qualquer outra obrigação prevista neste Estatuto Social.

**CAPÍTULO IV  
DOS ÓRGÃOS DA COMPANHIA**

**Artigo 17** – São órgãos da Companhia: (i) – a Assembleia; (ii) a Diretoria; e (iii) o Conselho Fiscal.

**SEÇÃO I – Da Assembleia**

**Artigo 18** – A Assembleia reunir-se-á ordinariamente até o dia 30 (trinta) de abril de cada ano, na forma da lei, a fim de: (a) tomar as contas dos administradores relativas ao último exercício social;

(b) examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras, instruídas com parecer do Conselho Fiscal, quando este estiver instalado; (c) deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos; (d) eleger os membros do Diretoria; (e) em caso de instalação, eleger os membros do Conselho Fiscal; (f) fixar os honorários globais dos membros da Diretoria, bem como os honorários do Conselho Fiscal, quando instalado.

**Artigo 19** – A Assembleia reunir-se-á extraordinariamente sempre que convocada pela Diretoria ou pelo Conselho Fiscal, quando este estiver instalado, ou por Acionistas na forma da lei.

**Artigo 20** – Os trabalhos da Assembleia serão dirigidos por mesa composta de Presidente e Secretário, escolhidos pelos Acionistas presentes.

**Artigo 21** – Os Acionistas poderão fazer-se representar nas Assembleias Gerais por procurador constituído há menos de 1 (um) ano, que seja acionista, administrador da Companhia ou advogado, como dispõe o § 1º do Artigo 126, da Lei nº 6.404/76, desde que o instrumento de procuração tenha sido depositado na sede social da Companhia até 24 (vinte e quatro) horas antes da hora marcada para a realização da Assembleia.

**Artigo 22** – Compete à Assembleia, além de outras atribuições que lhe sejam atribuídas por lei: (a) tomar, anualmente, as contas dos administradores, examinar, discutir e deliberar sobre as demonstrações financeiras; (b) eleger e destituir os membros da Diretoria e do Conselho Fiscal, se instalado; (c) fixar a remuneração global anual dos membros da Diretoria, assim como a dos membros do Conselho Fiscal, se instalado; (d) deliberar, de acordo com proposta apresentada pela Diretoria, sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos; (e) reformar o Estatuto Social; (f) deliberar sobre o aumento ou redução do capital; (g) deliberar sobre fusão, cisão, transformação ou incorporação; (i) autorizar os administradores a confessar falência e pedir recuperação judicial; (h) deliberar sobre a dissolução e liquidação da Companhia, bem como eleger e destituir liquidantes e julgar-lhes as contas; (j) eleger e destituir Conselho Fiscal que deverá atuar no período de liquidação; (l) suspender o exercício dos direitos do Acionista de conformidade com o disposto no Art. 120 de Lei 6.404/76; (m) deliberar sobre a avaliação de bens com que o Acionista concorrer para a formação do capital social; (n) deliberar sobre todas e quaisquer matérias que lhe foram submetidas pela Diretoria, além daquelas previstas em lei, ainda que não elencadas no presente Estatuto Social.

§ 1º – Em caso de urgência, a confissão de falência ou o pedido de recuperação judicial poderá ser formulado pela Diretoria, com a concordância do Acionista controlador, se houver, convocando-se imediatamente a Assembleia Gral, para manifestar-se sobre a matéria.

§ 2º – Ressalvadas as exceções previstas em lei, a Assembleia Geral instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de Acionistas que representem, no mínimo, 1/4 (um quarto) do capital social com direito de voto; em segunda convocação instalar-se-á com qualquer número.

Continua

**DOIS AMIGOS ATACADO E VAREJO LTDA. CNPJ/MF 39.621.479/0001-19/NIRE nº 32.2.0064619.9**

**§ 3º** - As deliberações da Assembleia Geral, ressalvadas as exceções previstas em lei e aquelas previstas no § 4º deste artigo, serão tomadas por maioria absoluta de votos, não se computando os votos em branco, de conformidade com o disposto no Artigo 129 da Lei 6.404/76.

**§ 4º** - É necessária a aprovação de acionistas que representem metade, no mínimo, das ações com direito a voto: (a) fusão da companhia, ou sua incorporação em outra; (b) mudança do objeto da companhia; (c) cessação do estado de liquidação da companhia; (d) cisão da companhia; (e) dissolução da companhia; (f) aumento de capital da Companhia, cujas integralizações venham ser feitas com bens ou direitos; (g) resgate ou compra de ações para cancelamento ou manutenção em tesouraria.

**SEÇÃO II – Da Diretoria**

**Artigo 23** – A Companhia será administrada por uma Diretoria, composta por 2 (dois) membros, Acionistas ou não, todos residentes no país, sendo um Diretor-Presidente e um Diretor Administrativo e Financeiro, eleitos e destituíveis pela Assembleia dos Acionistas. § 1º – Os Diretores terão mandatos por prazo determinado, podendo ser destituídos a qualquer tempo, sem que tenha que ser explicitada a razão da destituição, mediante deliberação tomada pela Assembleia dos Acionistas. § 2º – O prazo de gestão dos Diretores será de 3 (três) anos, encerrando-se na data em que for realizada a Assembleia de que trata o art. 132 da Lei 6.404/76, admitida a reeleição. § 3º – A remuneração da Diretoria será fixada pela Assembleia dos Acionistas em ato separado e será comunicada por escrito aos Diretores pelo Presidente da Assembleia.

**Artigo 24** – Compete aos Diretores:

I. Ao Diretor-Presidente: (a) representar ativa e passivamente a Companhia em juízo e fora dele, inclusive perante autoridades, clientes, imprensa, associações de classe, Banco Central, empresas privadas, públicas, de economia mista e o público em Geral; (b) representar a Companhia em Assembleias gerais de Acionistas e/ou de quotistas de Companhias na qual a Companhia faça parte, ou indicar um diretor ou procurador para fazê-lo; (c) presidir as reuniões da Diretoria; (d) dirigir a administração e gestão dos negócios sociais, superintendendo e orientando os trabalhos dos demais Diretores; (e) dirigir e zelar pela gestão das atividades financeiras da Companhia e suas controladas, incluindo a análise de investimentos; propositura de empréstimos e financiamentos; (f) apresentar, nas Assembleias dos Acionistas e nas reuniões da Diretoria e quando lhe forem solicitados, relatórios financeiros e contábeis, tais como demonstrativos de receitas, custos, despesas e resultados mensais, fluxos de caixa, além de outros que lhe forem solicitados pelos referidos órgãos da Companhia; (g) servir como elemento moderador ou arbitrador de conflitos internos ou externos da Companhia; (h) exercer o voto de qualidade nos eventuais casos de empate nas deliberações da Companhia; (i) tomar decisões de caráter de urgência; (j) auxiliar os demais Diretores quando se fizer necessário.

II. Ao Diretor Administrativo e Financeiro: (a) gerenciar e desenvolver o planejamento estratégico, orçamento econômico-financeiro e plano de investimento empresarial; (b) monitorar a implementação e aplicação de políticas, processos e procedimentos organizacionais; (c) trabalhar para o atingimento de metas de resultados operacionais; (e) indicar e submeter à aprovação do Diretor Presidente a contratação de empresas prestadoras de serviços e fornecedores necessários para realização das operações da Companhia; (f) auxiliar o Diretor Presidente na condução dos negócios sociais.

**Artigo 25** – A Diretoria reunir-se-á por convocação de quaisquer dos Diretores, com a presença dos dois Diretores. Havendo mais de 2 (dois) Diretores, a reunião será instalada com a maioria de seus membros.

**Artigo 26** - Todos os atos, contratos ou documentos que impliquem responsabilidade para a Companhia, ou desonerem terceiros de responsabilidade ou obrigações para com a Companhia, deverão, sob pena de não produzirem efeitos contra a mesma, ser assinados: (i) pelo Diretor-Presidente, de forma isolada; (ii) por um Diretor em conjunto com um procurador; (iii) ou por dois procuradores em conjunto. § 1º - As procurações outorgadas pela Companhia deverão: (i) ser assinadas pelo Diretor-Presidente de forma isolada, ou por qualquer outro Diretor quando se tratar de outorga de poderes para a prática dos atos previstos nos itens “i”, “ii” e “iv” do parágrafo seguinte, casos em que poderão ser assinadas por qualquer dos Diretores, de forma isolada; (ii) especificar expressamente os poderes conferidos; (iii) conter prazo de validade limitado no máximo 1 (um) ano, ressalvada a outorga a advogados para representar a Companhia em processos administrativos e judiciais, que poderão ser por prazo indeterminado.

§ 2º - Ressalvado o disposto neste Estatuto, a Companhia poderá ser representada por um único Diretor ou por um procurador nas seguintes hipóteses: (i) na prática de atos de simples rotina administrativa, inclusive os praticados perante repartições públicas em Geral, autárquicas, empresas públicas, Companhias de economia mista, Junta Comercial, Justiça do Trabalho, INSS, FGTS e seus bancos arrecadadores; (ii) para preservação de seus direitos em processos administrativos ou de qualquer natureza, e no cumprimento de suas obrigações fiscais, trabalhistas ou previdenciárias; (iii) no endosso de títulos para efeitos de cobrança ou depósito em contas

bancárias da Companhia; (iv) para fins de recebimento de intimações, citações, notificações ou interpelações, ou ainda para representação da Companhia em juízo.

**Artigo 27** – Compete a qualquer membro da Diretoria, além de exercer os poderes e atribuições conferidos pelo presente Estatuto, cumprir outras funções que vierem a ser fixadas pelo Diretor Presidente.

**SEÇÃO III – Do Conselho Fiscal**

**Artigo 28** – O Conselho Fiscal terá caráter não permanente, e só será eleito e instalado pela Assembleia a pedido de Acionistas nos casos previstos em lei.

§ 1º - O Conselho Fiscal será composto de, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros, e suplentes em igual número, Acionistas ou não, eleitos pela Assembleia Geral. § 2º - A remuneração dos membros do Conselho Fiscal será fixada pela Assembleia que os eleger, caso venha ser instalado. § 3º - Os membros do Conselho Fiscal e seus suplentes exercerão seus cargos até a primeira Assembleia Ordinária que se realizar após a sua eleição, podendo ser reeleitos.

§ 4º - A função de membro do Conselho Fiscal é indelegável.

**CAPÍTULO V****DO EXERCÍCIO SOCIAL**

**Artigo 29** - O exercício social coincidirá com o ano civil, sendo que, no fim de cada exercício, serão elaboradas as demonstrações financeiras do exercício, que serão, após manifestação do Conselho Fiscal, quando instalado, submetidas à Assembleia Ordinária, juntamente com proposta de destinação do resultado do exercício.

**Artigo 30** - Os lucros ou prejuízos apurados, após serem feitas as provisões legais e tecnicamente recomendadas, terão o destino que a Assembleia indicar.

**Artigo 31** – A Companhia poderá levantar balanços mensais, trimestrais e/ou semestrais e declarar, por deliberação da Diretoria, dividendo à conta do lucro apurado nesse período. § 1º - Também, por deliberação da Diretoria, a Companhia poderá: (i) levantar balanço e distribuir dividendos em períodos menores, desde que o total dos dividendos pagos em cada semestre do exercício social não exceda o montante das reservas de capital de que trata o § 1º do Artigo 182 da Lei 6404/76; (ii) declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.

**Artigo 32** – Os dividendos declarados deverão ser pagos de conformidade com o que for deliberado pela Assembleia dos Acionistas.

**Artigo 33** – Os dividendos declarados não renderão juros e nem serão corrigidos monetariamente e, se não forem reclamados no prazo de 3 (três) anos, contado do início do seu pagamento, prescreverão em favor da Companhia.

**CAPÍTULO VI****DA DISSOLUÇÃO**

**Artigo 34** - A Companhia se dissolverá nos casos previstos em lei, competindo à Assembleia dos Acionistas determinar o modo de liquidação e nomear o liquidante.

**CAPÍTULO VII****DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Artigo 35** – A Companhia observará os acordos de Acionistas, arquivados na sua sede, que dispuserem sobre as restrições à circulação de ações, preferência para adquiri-las, o exercício de voto, ou do poder de controle, nas Assembleias Gerais e nas Reuniões da Diretoria, cumprindo-lhe fazer com que o Presidente da Reunião da Diretoria ou a mesa diretora da Assembleia recuse a validade de voto proferido contra suas disposições.

**Artigo 36** – Os casos omissos neste Estatuto Social serão resolvidos pela Assembleia e regulados de acordo com o que preceitua a Lei nº 6.404/76.

**Artigo 37** – Fica eleito o Foro da Comarca de Colatina, Estado do Espírito Santo, com renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja, para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes do presente Estatuto Social.

Colatina – ES, 30 de novembro de 2022

**ACIONISTAS**

<b>FERNANDES LAVAGOLI</b>	<b>RAFAEL ZANOTELLI</b>
<b>LAVAGNOLI</b>	
<b>FERNANDO ZANOTELLI LAVAGNOLI</b>	<b>LEANDRA ZANOTELLI</b>
<b>LAVAGNOLI</b>	
<b>MARIA JOSE LAVAGNOLLI COLOMBO</b>	<b>MARIA ANGELA</b>
<b>LAVAGNOLI</b>	
<b>ATÍLIO LAVAGNOLI GAZEL</b>	<b>MARIA ELIANE LAVAGNOLI</b>
<b>KATIA HELENA LAVAGNOLI DA SILVA</b>	<b>MARIA LUIZA</b>
<b>LAVAGNOLI GAZEL</b>	

**DIRETORES**

**FERNANDO ZANOTELLI LAVAGNOLI / RAFAEL ZANOTELLI LAVAGNOLI**  
 Diretor Presidente Diretor Administrativo Financeiro

## ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa LAVAGNOLI ATACADO E VAREJO SA consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF/CNPJ	Nome
00128964707	MARIA JOSE LAVAGNOLI COLOMBO
00410593796	MARIA LUIZA LAVAGNOLI GAZEL
02763375731	KATIA HELENA LAVAGNOLI
07788652741	MARIA ANGELA LAVAGNOLI
10198521782	RAFAEL ZANOTELLI LAVAGNOLI
10429784767	FERNANDO ZANOTELLI LAVAGNOLI
13084645760	JOAO PAULO LAVAGNOLI BISSOLI
15409078721	LEANDRA ZANOTELLI LAVAGNOLI
15859723717	ATILIO LAVAGNOLI GAZEL
24356557700	JOAO ALFREDO DE SOUZA RAMOS
52563154715	FERNANDES LAVAGNOLI
86242903768	MARIA ELIANE LAVAGNOLI



CERTIFICO O REGISTRO EM 10/01/2023 13:33 SOB N° 32300044271.  
PROTOCOLO: 222067276 DE 27/12/2022.  
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12300332488. CNPJ DA SEDE: 39621479000119.  
NIRE: 32300044271. COM EFEITOS DO REGISTRO EM: 30/11/2022.  
LAVAGNOLI ATACADO E VAREJO SA

PAULO CEZAR JUFFO  
SECRETÁRIO-GERAL  
[www.simplifica.es.gov.br](http://www.simplifica.es.gov.br)

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais, informando seus respectivos códigos de verificação.